

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	6
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	10
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	14
Demonstração de Valor Adicionado	15

Comentário do Desempenho	16
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	210.197.577.031
Preferenciais	66.665
Total	210.197.643.696
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.417.140	2.285.263
1.01	Ativo Circulante	238.317	224.285
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.402	30.992
1.01.01.01	Caixa e bancos	14.061	10.201
1.01.01.02	Aplicações financeiras	19.341	20.791
1.01.03	Contas a Receber	102.007	76.924
1.01.03.01	Clientes	102.007	76.924
1.01.03.01.01	Partes relacionadas	41.361	18.128
1.01.03.01.02	Contas a receber de clientes	60.646	58.796
1.01.04	Estoques	70.785	64.623
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.877	34.208
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.877	34.208
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	6.636	17.382
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.241	16.826
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.280	6.639
1.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
1.01.07.02	Prêmio de seguro pagos antecipadamente	455	4.814
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.966	10.899
1.01.08.03	Outros	14.966	10.899
1.01.08.03.01	Adiantamento a empregados	6.807	4.839
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	5.979	5.421
1.01.08.03.03	Outras contas	2.180	639
1.02	Ativo Não Circulante	2.178.823	2.060.978
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	178.326	159.513
1.02.01.03	Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	25.852	26.765
1.02.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	25.852	26.765
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	545	676
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	545	676
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	139.177	119.320
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	136.574	116.297
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	2.603	3.023
1.02.03	Imobilizado	458.448	474.783
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	458.448	474.783
1.02.04	Intangível	1.542.049	1.426.682
1.02.04.01	Intangíveis	1.542.049	1.426.682

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.417.140	2.285.263
2.01	Passivo Circulante	320.371	243.107
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.257	28.697
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.372	4.497
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.885	24.200
2.01.02	Fornecedores	82.916	51.613
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.645	41.697
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	21.271	9.916
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.622	9.029
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.726	5.166
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.903	3.490
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	993	373
2.01.05	Outras Obrigações	186.436	146.452
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.177	62.669
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	104.177	62.669
2.01.05.02	Outros	82.259	83.783
2.01.05.02.04	Arrendamento e concessões a pagar	32.834	32.809
2.01.05.02.05	Antecipações de clientes	46.443	47.926
2.01.05.02.06	Outros	2.982	3.048
2.01.06	Provisões	6.140	7.316
2.01.06.02	Outras Provisões	6.140	7.316
2.02	Passivo Não Circulante	481.721	330.855
2.02.02	Outras Obrigações	387.522	245.711
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.381	35.768
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	35.381	35.768
2.02.02.02	Outros	352.141	209.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	347.385	205.029
2.02.02.02.03	Receitas diferidas	4.756	4.914
2.02.04	Provisões	94.199	85.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.053	81.998
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.207	100
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	57.415	51.904
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.829	24.779
2.02.04.01.05	Provisões administrativas regulatórias	4.246	4.093
2.02.04.01.06	Provisão ambiental	1.356	1.122
2.02.04.02	Outras Provisões	3.146	3.146
2.03	Patrimônio Líquido	1.615.048	1.711.301
2.03.01	Capital Social Realizado	1.722.966	1.722.966
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-107.918	-11.665

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	264.079	468.177	274.987	483.124
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-274.909	-516.479	-258.738	-476.477
3.03	Resultado Bruto	-10.830	-48.302	16.249	6.647
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.541	-46.012	-5.800	-14.586
3.04.01	Despesas com Vendas	-54	-81	-14	-27
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.186	-25.238	-12.108	-23.258
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.739	22.472	10.546	15.964
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21.040	-43.165	-4.224	-7.265
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-35.371	-94.314	10.449	-7.939
3.06	Resultado Financeiro	-3.741	-1.939	-5.673	-10.165
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-39.112	-96.253	4.776	-18.104
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-39.112	-96.253	4.776	-18.104
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-39.112	-96.253	4.776	-18.104

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.910	37.517
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-33.983	26.091
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-96.253	-18.104
6.01.01.02	Depreciação, exaustão e amortização	55.645	48.864
6.01.01.03	Prov/Rev. p/perdas e contingências e outras	9.055	-7.530
6.01.01.04	Receitas/despesas c/ var. cambial	-84	100
6.01.01.05	Despesas arrendamento pagas antecipadamente	913	913
6.01.01.06	Ganho/Perdas na alienação de imobilizado	-3.982	-221
6.01.01.07	Receitas diferidas	-158	-158
6.01.01.08	Despesas com juros	881	2.227
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	54.893	11.426
6.01.02.01	Contas a receber - Empresas ligadas	-23.102	3.276
6.01.02.02	Contas a receber - Terceiros	-1.850	-991
6.01.02.03	Estoques	-6.162	562
6.01.02.04	Tributos a recuperar	19.751	17.917
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	4.359	5.028
6.01.02.06	Depósitos judiciais e garantias	-20.277	-11.235
6.01.02.07	Outros ativos	-4.067	-858
6.01.02.08	Fornecedores - Empresas ligadas	50.401	-38.265
6.01.02.09	Fornecedores - Terceiros	31.387	15.991
6.01.02.10	Impostos taxas e contribuições a recolher	-1.407	809
6.01.02.11	Salários e obrigações sociais	8.560	-694
6.01.02.12	Provisões operacionais	-1.176	4.690
6.01.02.13	Arrendamento e concessões a pagar	25	1.370
6.01.02.14	Outros passivos	-1.549	13.826
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.695	-89.747
6.02.01	Compra de ativo imobilizado e intangível	-159.178	-89.968
6.02.02	Recebimento pela venda de imobilizado	8.483	221
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	132.195	79.305
6.03.01	Assistência Financeira	-10.161	79.305
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	142.356	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.410	27.075
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.992	30.176
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.402	57.251

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-96.253	0	-96.253
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-96.253	0	-96.253
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.722.966	0	0	-107.918	0	1.615.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.789.840	0	0	0	0	1.789.840
5.04.01	Aumentos de Capital	1.789.840	0	0	0	0	1.789.840
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.104	0	-18.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.104	0	-18.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.920.039	0	0	-1.215.178	0	1.704.861

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	568.549	583.198
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	548.984	571.901
7.01.02	Outras Receitas	19.565	11.297
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-384	-1.088
7.01.02.02	Outras receitas	19.949	12.385
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-417.885	-360.850
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-208.692	-93.113
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-193.466	-264.021
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.915	2.370
7.02.04	Outros	-8.812	-6.086
7.03	Valor Adicionado Bruto	150.664	222.348
7.04	Retenções	-55.645	-48.864
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.645	-48.864
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.019	173.484
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.677	2.664
7.06.02	Receitas Financeiras	4.677	2.664
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	99.696	176.148
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	99.696	176.148
7.08.01	Pessoal	90.378	77.245
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.822	52.779
7.08.01.02	Benefícios	21.438	17.789
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.499	5.736
7.08.01.04	Outros	1.619	941
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	98.955	104.177
7.08.02.01	Federais	68.558	68.102
7.08.02.02	Estaduais	30.250	36.017
7.08.02.03	Municipais	147	58
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.616	12.830
7.08.03.01	Juros	6.616	12.830
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-96.253	-18.104
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-96.253	-18.104

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.416.746	2.284.869
1.01	Ativo Circulante	238.317	224.285
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.402	30.992
1.01.01.01	Caixa e bancos	14.061	10.201
1.01.01.02	Aplicações financeiras	19.341	20.791
1.01.03	Contas a Receber	102.007	76.924
1.01.03.01	Clientes	102.007	76.924
1.01.03.01.01	Partes relacionadas	41.361	18.128
1.01.03.01.02	Contas a receber de clientes	60.646	58.796
1.01.04	Estoques	70.785	64.623
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.877	34.208
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.877	34.208
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	6.636	17.382
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.241	16.826
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.280	6.639
1.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
1.01.07.02	Prêmio de seguro pagos antecipadamente	455	4.814
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.966	10.899
1.01.08.03	Outros	14.966	10.899
1.01.08.03.01	Adiantamento a empregados	6.807	4.839
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	5.979	5.421
1.01.08.03.03	Outras contas	2.180	639
1.02	Ativo Não Circulante	2.178.429	2.060.584
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	177.932	159.119
1.02.01.03	Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.752	12.752
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	25.852	26.765
1.02.01.07.01	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	25.852	26.765
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	151	282
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	151	282
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	139.177	119.320
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	136.574	116.297
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	2.603	3.023
1.02.03	Imobilizado	458.448	474.783
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	458.448	474.783
1.02.04	Intangível	1.542.049	1.426.682
1.02.04.01	Intangíveis	1.542.049	1.426.682

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.416.746	2.284.869
2.01	Passivo Circulante	319.977	242.713
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.257	28.697
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.372	4.497
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.885	24.200
2.01.02	Fornecedores	82.916	51.613
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.645	41.697
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	21.271	9.916
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.622	9.029
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.726	5.166
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.903	3.490
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	993	373
2.01.05	Outras Obrigações	186.436	146.452
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.177	62.669
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	104.177	62.669
2.01.05.02	Outros	82.259	83.783
2.01.05.02.04	Arrendamento e concessões a pagar	32.834	32.809
2.01.05.02.05	Antecipações de clientes	46.443	47.926
2.01.05.02.06	Outros	2.982	3.048
2.01.06	Provisões	5.746	6.922
2.01.06.02	Outras Provisões	5.746	6.922
2.02	Passivo Não Circulante	481.721	330.855
2.02.02	Outras Obrigações	387.522	245.711
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.381	35.768
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	35.381	35.768
2.02.02.02	Outros	352.141	209.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	347.385	205.029
2.02.02.02.03	Receitas diferidas	4.756	4.914
2.02.04	Provisões	94.199	85.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.053	81.998
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.207	100
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	57.415	51.904
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.829	24.779
2.02.04.01.05	Provisão administrativa regulatória	4.246	4.093
2.02.04.01.06	Provisão ambiental	1.356	1.122
2.02.04.02	Outras Provisões	3.146	3.146
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.615.048	1.711.301
2.03.01	Capital Social Realizado	1.722.966	1.722.966
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-107.918	-11.665

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	264.079	468.177	274.987	483.124
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-274.909	-516.479	-258.738	-476.477
3.03	Resultado Bruto	-10.830	-48.302	16.249	6.647
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.541	-46.012	-5.800	-14.586
3.04.01	Despesas com Vendas	-54	-81	-14	-27
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.186	-25.238	-12.108	-23.258
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.739	22.472	10.546	15.964
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21.040	-43.165	-4.224	-7.265
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-35.371	-94.314	10.449	-7.939
3.06	Resultado Financeiro	-3.741	-1.939	-5.673	-10.165
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-39.112	-96.253	4.776	-18.104
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-39.112	-96.253	4.776	-18.104
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-39.112	-96.253	4.776	-18.104
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-39.112	-96.253	4.776	-18.104

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.910	37.517
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-33.983	26.091
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-96.253	-18.104
6.01.01.02	Depreciação, exaustão e amortização	55.645	48.864
6.01.01.03	Prov/Rev. p/perdas e contingências	9.055	-7.530
6.01.01.04	Receitas/ despesas c/ var. cambial	-84	100
6.01.01.05	Despesas arrendamento pagas antecipadamente	913	913
6.01.01.06	Ganho/Perdas na alienação do imobilizado	-3.982	-221
6.01.01.07	Receitas diferidas	-158	-158
6.01.01.08	Despesas com juros	881	2.227
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	54.893	11.426
6.01.02.01	Contas a receber- Empresas ligadas	-23.102	3.276
6.01.02.02	Contas a receber- Terceiros	-1.850	-991
6.01.02.03	Estoques	-6.162	562
6.01.02.04	Tributos a recuperar	19.751	17.917
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	4.359	5.028
6.01.02.06	Depósitos judiciais e garantias	-20.277	-11.235
6.01.02.07	Outros ativos	-4.067	-858
6.01.02.08	Fornecedores- Empresas ligadas	50.401	-38.265
6.01.02.09	Fornecedores- Terceiros	31.387	15.991
6.01.02.10	Impostos taxas e contribuições a recolher	-1.407	809
6.01.02.11	Salários e contribuições sociais	8.560	-694
6.01.02.12	Provisões operacionais	-1.176	4.690
6.01.02.13	Arrendamento e concessões a pagar	25	1.370
6.01.02.14	Outros passivos	-1.549	13.826
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.695	-89.747
6.02.01	Compra de ativo imobilizado e intangível	-159.178	-89.968
6.02.02	Recebimento pela venda de imobilizado	8.483	221
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	132.195	79.305
6.03.01	Assistência financeira	-10.161	79.305
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	142.356	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.410	27.075
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.992	30.176
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.402	57.251

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301	0	1.711.301
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.722.966	0	0	-11.665	0	1.711.301	0	1.711.301
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-96.253	0	-96.253	0	-96.253
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-96.253	0	-96.253	0	-96.253
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.722.966	0	0	-107.918	0	1.615.048	0	1.615.048

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875	0	-66.875
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.130.199	0	0	-1.197.074	0	-66.875	0	-66.875
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.789.840	0	0	0	0	1.789.840	0	1.789.840
5.04.01	Aumentos de Capital	1.789.840	0	0	0	0	1.789.840	0	1.789.840
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.104	0	-18.104	0	-18.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.104	0	-18.104	0	-18.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.920.039	0	0	-1.215.178	0	1.704.861	0	1.704.861

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	568.549	583.198
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	548.984	571.901
7.01.02	Outras Receitas	19.565	11.297
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-384	-1.088
7.01.02.02	Outros	19.949	12.385
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-417.885	-360.850
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-208.692	-93.113
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-193.466	-264.021
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.915	2.370
7.02.04	Outros	-8.812	-6.086
7.03	Valor Adicionado Bruto	150.664	222.348
7.04	Retenções	-55.645	-48.864
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.645	-48.864
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.019	173.484
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.677	2.664
7.06.02	Receitas Financeiras	4.677	2.664
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	99.696	176.148
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	99.696	176.148
7.08.01	Pessoal	90.378	77.245
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.822	52.779
7.08.01.02	Benefícios	21.438	17.789
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.499	5.736
7.08.01.04	Outros	1.619	941
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	98.955	104.177
7.08.02.01	Federais	68.558	68.102
7.08.02.02	Estaduais	30.250	36.017
7.08.02.03	Municipais	147	58
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.616	12.830
7.08.03.01	Juros	6.616	12.830
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-96.253	-18.104
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-96.253	-18.104

Comentário do Desempenho



1. Receita Bruta

A receita bruta no segundo trimestre de 2011 (2T11) foi de 307,7 milhões. No 2T10 foi de R\$ 323,9 milhões, o que significa uma redução de 5% em 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pela redução da receita com transporte de minério de ferro.

A produção no 2T11 fechou em 2,653 bilhões de toneladas por quilômetro-útil (TKU) (2T10 – 3,009), 11,83% abaixo do mesmo período do ano anterior, reflexo do acidente ocorrido no terminal portuário de carga geral em Vitória/ES.

2. Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados no 2T11 foram de R\$ 274,9 milhões (2T10 - R\$ 258,7), 6,26% acima do mesmo período do ano anterior. Esta variação foi ocasionada principalmente pelo aumento nos custos com pessoal, materiais para manutenção, locações de locomotivas e serviços para manutenção.

3. Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no trimestre fechou negativo em R\$ 3,7 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 5,7 mil no mesmo período do ano anterior. A diminuição do resultado negativo ocorreu principalmente pelo aumento das variações monetárias ativas.

4. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O valor líquido no trimestre foi negativo em R\$ 12,3 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 6,3 milhões no mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao aumento na constituição das provisões com ações trabalhistas, cíveis, tributárias e das despesas tributárias, com processos judiciais, com baixa de ativos e estoques.

Comentário do Desempenho**5. Investimentos**

Os investimentos realizados pela Companhia no 2T11 totalizaram R\$ 78,8 milhões, um aumento de 54,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os investimentos realizados foram:

	R\$ mil
CLASSIFICAÇÃO	TOTAL
Construção e ampliação de pátios	16.861
Material Rodante - aquisição e melhorias dos equipamentos	2.935
Melhoria Operação Ferroviária	3.874
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	352
Oficinas – aquisição de equipamentos e reformas	886
Segurança, saúde, meio ambiente – Desenvolvimento sustentável	1.969
Trens Turísticos – melhorias	615
Via Permanente (infraestrutura e superestrutura)	51.329

O EBITDA apurado nos períodos apresentados é como segue:

	R\$ mil	
	30/06/2011	30/06/2010
Receita operacional líquida	468.177	483.124
Custo dos bens e serviços vendidos		
Custo operacional	(394.532)	(365.318)
Depreciação e amortização	(51.773)	(45.084)
Arrendamento e concessão	(70.174)	(66.075)
	(516.479)	(476.477)
Despesas gerais e administrativas	(25.238)	(23.258)
Despesas com vendas	(81)	(27)
Provisão p/despesas c/riscos e contingências	(6.915)	2.370
Outras receitas operacionais	19.949	12.385
Outras despesas operacionais	(33.727)	(6.056)
E B I T	(94.314)	(7.939)
Depreciação e amortização		
No custo	51.773	45.084
Administrativa	2.888	2.805
Trem Turístico	983	975
	55.644	48.864
E B I T D A	(38.670)	40.925
Arrendamento e concessão	70.174	66.075
E B I T D A Ajustado	31.504	107.000

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto Operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 18. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária e limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A..

Notas Explicativas

2 - Apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de julho de 2011.

2.2 Base de preparação

(a) Informações contábeis intermediárias individuais - Controladora

As informações contábeis intermediárias individuais da FCA, aqui apresentadas sob o título de Controladora, foram preparadas de acordo com o CPC 21, "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) Informações contábeis intermediárias consolidadas - Consolidado

As Informações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21, "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, também foram preparadas de acordo com o IAS 34, "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários", de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(c) Outros aspectos relacionados à apresentação das informações contábeis intermediárias

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em função de discussões com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia passou a registrar na rubrica Receita da venda de bens e/ou serviços prestados o valor bruto recebido dos clientes nas transações de partilha de frete (tráfego mútuo e direito de passagem), registrando a contrapartida pelos valores pagos a terceiros na rubrica Custo dos bens e/ou serviços vendidos.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como outros resultados abrangentes. Desta forma não há divulgação desta informação nas informações contábeis intermediárias apresentadas, uma vez que o resultado do período representa também o resultado abrangente.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 30 de junho de 2011. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas informações

Notas Explicativas

contábeis intermediárias, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. As políticas contábeis aplicadas nessas informações contábeis intermediárias são consistentes com as políticas descritas na Nota 4.3 das demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas na CVM. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a) Critérios de Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de impairment, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequenteiramente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por serem irrelevantes.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de matérias-primas.

f) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (Nota 32). Os impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subseqüentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação, de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (Despesas) Receitas Operacionais"

As taxas anuais de depreciação e amortização estão apresentadas na Nota 15.

h) Intangível

I. Direitos de Concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste (Nota 1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

Notas Explicativas

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("impairment"), sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A Administração da Companhia não identificou indicadores de impairment para os períodos apresentados.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme também esclarecido na Orientação OCPC05 – Contratos de Concessão, considerando que:

(I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.

(II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

(III) A concessionária poderá cobrar qualquer valor diferente de zero pelo transporte ferroviário de carga, respeitados os limites máximos das tarifas de referência estabelecidos pela concedente. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), agência reguladora do setor publica resoluções anuais

Notas Explicativas

aprovando o reajuste das tarifas de referência em cada concessão, constituindo um teto para as empresas ("price-cap"), o qual raramente é atingido.

Em linha com os esclarecimentos provenientes da OCPC 05, a administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da União (extinta RFFSA), são contratos de execução, considerando que:

- (a) As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.
- (b) A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.
- (c) O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso, após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato, se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionada aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 1 são registrados no ativo intangível, em linha com as orientações da OCPC 05. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (extinta RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 13), sendo a Companhia um agente no litígio. Nesses casos, as contingências não transitam pelo resultado e os valores pagos pela Companhia e devidos pela União são apresentados pelo líquido no balanço.

m) Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Notas Explicativas

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

o) Moeda Funcional

As transações realizadas nas informações contábeis intermediárias da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das informações contábeis intermediárias é o real.

p) Alterações e interpretações das normas internacionais existentes que ainda não estão em vigor

Não houve emissão de novos pronunciamentos que afetem essas informações contábeis intermediárias do período. Os pronunciamentos mencionados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 foram adotados sem impacto significativo nas informações contábeis intermediárias.

A Companhia entende que os outros pronunciamentos contábeis recentemente emitidos, que não são efetivos a partir de e para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2011, não deverão ser relevantes para as informações contábeis intermediárias.

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 34, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Notas Explicativas

4 – Correlação das notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2011 com as demonstrações contábeis do exercício de 31 de dezembro de 2010

CORRELAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DE JUNHO DE 2011 COM DEZEMBRO DE 2010

<u>Junho 2011</u>		<u>Dezembro 2010</u>
nota		nota
1	Contexto Operacional.....	4.1
2	Apresentação das Demonstrações Contábeis/Informações trimestrais.....	4.2
3	Descrição das principais práticas e estimativas contábeis adotadas.....	4.3
5	Estimativas e julgamentos contábeis críticos/Práticas contábeis críticas.....	4.4
N/A	Adoção pela primeira vez das Demonstrações Contábeis/Informações Trimestrais de acordo com as normas interacionais (IFRS) e de acordo com os pronunciamentos técnicos pelos CPCs.....	4.5
6	Caixa e Equivalentes de Caixa.....	4.6
7	Contas a receber de clientes.....	4.7
8	Partes relacionadas.....	4.8
9	Estoques.....	4.9
10	Tributos a recuperar.....	4.10
11	Despesas pagas antecipadamente/Despesas de arrendamento pagas antecipadamente.....	4.11
11	Despesas pagas antecipadamente/Prêmios de seguros pagos antecipadamente.....	4.12
12	Outros ativos circulantes.....	4.13
13	Depósitos judiciais e provisão para contingências.....	4.14
14	Investimentos.....	4.15
15	Imobilizado.....	4.16
16	Intangível.....	4.17
17	Fornecedores - terceiros.....	4.18
18	Obrigações fiscais/Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	4.19
19	Obrigações sociais e trabalhistas/Salários e obrigações sociais a pagar.....	4.20
20	Arrendamentos e concessões a pagar.....	4.21
21	Provisões operacionais.....	4.22
22	Antecipações de clientes.....	4.23
23	Outros passivos circulantes.....	4.24
24	Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC.....	4.25
25	Receitas diferidas.....	4.26
26	Patrimônio Líquido.....	4.27
27	Receitas/Receitas por natureza.....	4.28
28	Despesa por natureza/Custos e despesas por natureza.....	4.29
29	Despesa com pessoal.....	N/A
30	Receitas (despesas) operacionais.....	N/A
31	Resultado financeiro.....	N/A
32	Imposto de renda e contribuição social.....	4.30
33	Informações por segmentos de negócios.....	4.31
34	Previdência complementar.....	4.32
N/A	Fatores de risco.....	4.33
35	Instrumentos financeiros.....	4.34
36	Compromissos.....	N/A

Notas Explicativas

5 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas informações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos trimestres são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Conforme descrito na Nota 3(k) a Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser

Notas Explicativas

cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

6 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e Bancos	14.061	10.201
Aplicações Financeiras	19.341	20.791
	33.402	30.992

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, (inferiores a 3 meses) que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das informações contábeis intermediárias.

7 – Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Contas a receber de clientes	71.827	69.593
Provisão de perdas de contas a receber de clientes	(11.181)	(10.797)
	60.646	58.796

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
A vencer	46.332	46.875
Vencidos até 3 meses	11.162	9.333
Vencidos de 3 a 6 meses	3.804	2.588
Vencidos acima 6 meses	10.529	10.797
	71.827	69.593

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 11.181 (em 31 de dezembro de 2010 R\$ 10.797) estavam vencidas e provisionadas.

A movimentação da provisão para “*impairment*” de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(10.797)	(8.175)
Provisão (reversão) para perdas de contas a receber de clientes	(384)	(2.898)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis		276
	(11.181)	(10.797)

8 – Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale	Controladora indireta
Vale Operações Ferroviárias S.A.	Controladora
SL Serviços Logísticos Ltda	Controlada
Demais empresas	Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Balço Patrimonial				
Ativo circulante				
Partes relacionadas				
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBASCO	4	4	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	1.672	617	1.672	617
Ultrafétil	1.503		1.503	
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	205	162	205	162
Log-in Logística Intermodal S/A	1.348	1.806	1.348	1.806
Mineração Andirá Ltda	3	4	3	4
MRS Logística S/A	745	256	745	256
Rio Doce Manganês - RDM	622	622	622	622
Vale	16.539	14.652	16.539	14.652
Vale Operações Ferroviárias S/A	8.262		8.262	
Vale Fertilizantes S/A	1.008		1.008	
Vale Fosfatados S/A	785		785	
Vale Moçambique Ltda	8.660		8.660	
Valia	5	5	5	5
	41.361	18.128	41.361	18.128
Ativo não circulante				
Partes relacionadas				
Vale	151	282	151	282
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
	545	676	151	282

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Balanco Patrimonial				
Passivo circulante				
Partes relacionadas				
MRS Logística S/A	1.213	108	1.213	108
Pasa	148	139	148	139
Vale	102.816	62.422	102.816	62.422
	<u>104.177</u>	<u>62.669</u>	<u>104.177</u>	<u>62.669</u>
Passivo não circulante				
Partes relacionadas				
Vale	35.381	35.768	35.381	35.768
	<u>35.381</u>	<u>35.768</u>	<u>35.381</u>	<u>35.768</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Vale Operações Ferroviárias S/A	347.385	205.029	347.385	205.029
	<u>347.385</u>	<u>205.029</u>	<u>347.385</u>	<u>205.029</u>

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Demonstrações do Resultado		
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	2.161	2.698
Log-in Logística Intermodal Ltda	3.417	7.417
MRS Logística S/A		2.689
Vale Operações Ferroviárias S/A	8.259	2.689
Vale Fertilizantes S/A	5.494	
Vale Fostados S/A	6.502	
Vale Mangarês S/A		1.223
Vale	15.834	49.130
	<u>41.667</u>	<u>65.846</u>
Outras Receitas Operacionais		
MRS Logística S/A		64
Vale		327
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	368	115
Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR	3	2
Vale Mangarês S/A		11
Samarco Mineração S/A	34	30
	<u>405</u>	<u>549</u>
Custos e despesas		
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões		
Vale	8.911	7.617
MRS Logística S/A	5.069	
	<u>13.980</u>	<u>7.617</u>
Custo de partilha de fretes		
Vale	85.020	90.140
MRS Logística S/A	3.678	3.354
	<u>88.698</u>	<u>93.494</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	902	704
	<u>902</u>	<u>704</u>
Despesas com processos de suporte		
Vale	13.099	8.601
	<u>13.099</u>	<u>8.601</u>
Despesas financeiras		
Vale	881	2.232
	<u>881</u>	<u>2.232</u>

Notas Explicativas

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas circulante e não circulante estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
A vencer	21.738	8.154	21.738	8.154
Vencidos até 3 meses	11.801	3.205	11.801	3.205
Vencidos de 3 a 6 meses	1.722	456	1.722	456
Vencidos acima 6 meses	6.100	6.989	5.706	6.595
	41.361	18.804	40.967	18.410

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado. Parte desses saldos, no montante de R\$ 72.786 (2010 – R\$ 71.203), refere-se à compra de locomotivas e vagões da Vale S.A. e está sujeita a encargos de IGP-M e juros de 6,5% a.a.

As operações financeiras realizadas com partes relacionadas através da Assistência Financeiras – Assfin, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 9.280 foram liquidadas no 1º semestre de 2011.

O ASSFIN refere-se a um contrato de assistência financeira que é firmado entre as empresas do Grupo Vale e é remunerado pela variação correspondente a 94% da taxa CDI.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VOF, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora indireta (Vale), sem o respectivo reembolso.

9 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Almoxarifado de Tubarão – ES	142	101
Almoxarifado de Divinópolis – MG	36.057	32.603
Almoxarifado de Alagoinhas – BA	5.427	5.633
Almoxarifado de Uberaba – MG	7.114	7.652
Almoxarifado de Paulínea – SP	3.231	3.733
Almoxarifado de Araguari – MG	1.561	1.818
Almoxarifado de Lavras – MG	2.526	2.439
Almoxarifado de Montes Claros – MG	2.114	1.971
Outros almoxarifados	12.849	8.909
Provisão para perdas em itens de estoque	(236)	(236)
	70.785	64.623

Notas Explicativas

10 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS a recuperar	6.171	7.577
Imposto de renda retido na fonte	343	1.056
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.241	16.826
PIS e COFINS a compensar		8.647
IOF a recuperar	106	102
ISS	16	
	14.877	34.208
Não circulante		
ICMS a recuperar	2.358	2.782
PIS e COFINS a compensar	245	241
	2.603	3.023
	17.480	37.231

11 – Despesas antecipadas

11.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Arrendamento (a)	1.719	1.719
Concessão (b)	106	106
Total do Circulante	1.825	1.825
Não Circulante		
Arrendamento (a)	24.355	25.215
Concessão (b)	1.497	1.550
Total do não circulante	25.852	26.765

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica “Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente”, no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo).

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

Notas Explicativas

11.2– Prêmios de seguro pagos antecipadamente

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Responsabilidade Civil Geral	455	3.186
All Risks		1.555
Seguro de Transporte		73
	455	4.814

Em 30 de junho de 2011, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor em (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	R\$ 25.000
Responsabilidade Civil Geral	Passageiros do trem turístico/MG	US\$ 5.000
Riscos Operacionais	All Risk	US\$ 1.250.000*
Transportes carga de terceiros (por embarque)	All Risk	US\$ 30.000
Transportes de Importações (por embarque)	All Risk	US\$ 60.000
Vida em Grupo	Empregados	Multisalarial
Acidentes Pessoais	Estagiários	8

* limitado ao valor em risco declarado

12 – Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes são:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Adiantamento a empregados	6.807	4.839
Adiantamento a fornecedores	5.979	5.421
Outras contas	2.180	639
	14.966	10.899

Notas Explicativas

13 – Depósitos judiciais e Provisão de contingências

Saldos dos depósitos e contingências

	Controladora e Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	102.267	57.412	89.736	51.904
Cíveis (b)	16.800	26.829	9.692	24.779
Administrativa regulatória (c)		4.246		4.093
Sesi (d)	3.304	-	3.123	-
Tributárias (e)	14.046	1.211	13.719	100
Ambientais (f)	157	1.355	27	1.122
	136.574	91.053	116.297	81.998

Abaixo quadro referente à movimentação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2010	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária
Trabalhistas (a)	51.904	2.279	(1.411)	4.640
Cíveis (b)	24.779	581		1.469
Administrativa regulatória (c)	4.093			153
Tributárias (e)	100	332	(1.388)	2.167
Ambientais (f)	1.122	4		229
Totais	81.998	3.196	(2.799)	8.658

De acordo com o Edital de Privatização, a União (extinta RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica, obrigando-se a indenizar à Companhia os valores que esta venha a pagar decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão, em 28 de agosto de 1996, mesmo quando reclamados ou objeto de decisão judicial posterior.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 30 de junho de 2011, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 57.412 (31 de dezembro de 2010 aproximadamente – R\$ 51.904). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

Notas Explicativas

- 1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA;
- 2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;
- 3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.
- 4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo Iº-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União (extinta RFFSA), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 12.752 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 12.752), classificado na rubrica “Outras Contas a Receber” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (extinta RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total aproximado de R\$ 26.829 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 24.779).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Administrativa regulatória

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.246 (31 de dezembro de 2010- R\$ 4.093) referente à multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como remota a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão para perda nesse processo.

Notas Explicativas

e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 1.211 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 100).

f) Ambientais

Baseado no entendimento e na revisão dos valores das contingências, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.355 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.122) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.407.000 (31 de dezembro de 2010 – aproximadamente R\$ 864.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhistas (i)	186.000	176.000
Cíveis (ii)	894.000	405.000
Previdenciário (iii)	50.000	44.000
Tributárias (iv)	183.000	149.000
Ambientais (v)	94.000	90.000
Totais	1.407.000	864.000

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.

Notas Explicativas

No 1º trimestre de 2011, houve um acréscimo de aproximadamente R\$ 489.000 no saldo de contingências de natureza cível classificada como possível. Trata-se de uma ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público federal contra a União, FCA, MRS Logística - MRS, objetivando não só a condenação da União a prestar o serviço de transporte ferroviário de passageiros em todas suas linhas ferroviárias, ou, alternativamente, iniciar um processo licitatório neste sentido, como também a condenação da FCA e da MRS a executar um plano de recuperação da malha ferroviária e dos bens relacionados aos serviços por ela explorados, tudo ao argumento de que estas concessionárias não estariam zelando de forma adequada pelo patrimônio público que lhes foi concedido.

Quando do cadastramento deste processo no sistema da Companhia, acreditava-se que as chances de êxito da demanda eram boas, tendo sido atribuído o prognóstico de perda remota para esta demanda. Os consultores jurídicos internos da Companhia vêm efetuando revisões visando o aprimoramento dos controles sobre as contingências que envolvem a FCA. Como consequência dessa revisão identificou que a classificação mais adequada desse processo seria possível, uma vez que o processo ainda está na 1ª Instância e não foi sentenciado.

- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

14 – Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica "Outras provisões" no Passivo Circulante.

Notas Explicativas

15 – Imobilizado

				Controladora e Consolidado	
				30/06/11	31/12/10
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
					Líquido
Bens em operação					
Imóveis	25 a 40 anos	2,98%	2.135	(398)	1.737
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	3.827	(1.515)	2.312
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,28%	19.353	(12.279)	7.074
Veículos	3 a 5 anos	27,68%	5.730	(5.727)	3
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	6.520	(4.247)	2.273
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	20.320	(16.458)	3.862
Locomotivas	12,5 a 33,3 anos	6,32%	282.025	(94.794)	187.231
Vagões	33,3 anos	3,00%	266.583	(45.495)	221.088
Via permanente	10 a 50 anos	6,52%	35.237	(19.812)	15.425
Outros Ativos	10 a 15,8 anos	10,00%	3	-	3
			641.733	(200.725)	441.008
Terrenos			1.142		1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			20.988		20.988
Provisão para baixa de ativo			(4.690)		(4.690)
			17.440		17.440
			659.173	(200.725)	458.448
					474.783

A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 12.249 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 12.765).

A movimentação do imobilizado no período findo em 30 de junho de 2011 está sumarizada da seguinte forma:

Controladora e Consolidado					
Imobilizado - Custo	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	30/06/11
Imóveis	2.563	148		(576)	2.135
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	3.827			-	3.827
Equipamentos autônomos	19.353				19.353
Veículos	5.730				5.730
Bens administrativos/auxiliares	6.476	44			6.520
Equipamentos e aplicativos de informática	20.313	7			20.320
Locomotivas	297.687		(332)	(15.330)	282.025
Vagões	257.238			9.345	266.583
Via permanente	43.075			(7.838)	35.237
Outros Ativos	3				3
	656.265	199	(332)	(14.399)	641.733
Terrenos	1.142				1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.185	38.454	(21.651)		20.988
Provisão para baixa de ativo	(318)		(4.372)		(4.690)
	5.009	38.454	(26.023)	-	17.440
	661.274	38.653	(26.355)	(14.399)	659.173

Notas Explicativas

Imobilizado - depreciação	Controladora e Consolidado			
	31/12/10	Adições	Baixas	30/06/11
Imóveis	(370)	(28)		(398)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.421)	(94)		(1.515)
Equipamentos autônomos	(11.401)	(878)		(12.279)
Veículos	(5.707)	(20)		(5.727)
Bens administrativos/auxiliares	(3.973)	(274)		(4.247)
Equipamentos e aplicativos de informática	(15.369)	(1.089)		(16.458)
Locomotivas	(87.715)	(7.282)	202	(94.795)
Vagões	(41.581)	(3.913)		(45.494)
Via permanente	(18.954)	(858)		(19.812)
	(186.491)	(14.436)	202	(200.725)

16 – Intangível

						Controladora e Consolidado	
						30/06/11	31/12/10
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direitos de concessão	15,2 anos	4,7%	43.169	(11.956)	31.213	32.236	
Softwares adquiridos	3 a 5 anos	20%	18.347	(16.542)	1.805	2.210	
			61.516	(28.498)	33.018	34.446	
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Imóveis	15,2 anos	2,59%	74.195	(12.525)	61.670	59.507	
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	15,2 anos	5,0%	16.513	(2.610)	13.903	8.695	
Equipamentos autônomos	5 a 15,2 anos	9,29%	7.096	(4.950)	2.146	2.358	
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)			
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	40	(22)	18	3	
Equipamentos e aplicativos de informática			69	(2)	67		
Locomotivas	12,5 a 15,2 anos	7,46%	140.750	(99.412)	41.338	23.381	
Vagões	12,5 a 15,2 anos	3,00%	103.666	(54.269)	49.397	36.075	
Via permanente	10 a 15,2 anos	4,21%	1.271.752	(338.058)	933.694	861.601	
			1.614.100	(511.867)	1.102.233	991.620	
Benfeitorias em curso			406.798		406.798	400.616	
			2.082.414	(540.365)	1.542.049	1.426.682	

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, no ativo imobilizado (R\$ 29.770), que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e no intangível como Direitos de Concessão (R\$ 43.169), por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 1).

O intangível em curso é fruto dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. Tais investimentos englobando o biênio 2009 e 2010 apresentaram aumento substancial em 2010, principalmente no ultimo trimestre do ano. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Construção e ampliação de pátios	49.248	40.051
Material rodante - aquisições e melhorias	56.456	81.387
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	5.668	5.348
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	38.201	38.063
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	16.221	15.144
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	1.434	1.504
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	21.222	25.013
Trens Turísticos - melhorias	1.295	866
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	209.991	193.240
Melhoria Operação Ferroviária	7.062	
	406.798	400.616

O intangível no período findo em 30 de junho de 2011 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível - custo	Controladora e Consolidado				
	31/12/10	Adições	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	30/06/11
Direitos de concessão	43.169				43.169
Softwares adquiridos	18.172	175			18.347
	61.341	175			61.516
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Imóveis	71.103		2.641	451	74.195
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	11.010		5.740	(237)	16.513
Equipamentos autônomos	7.096				7.096
Veículos	19				19
Bens administrativos/auxiliares	23		17		40
Equipamentos e aplicativos de informática			69		69
Locomotivas	119.151		6.268	15.330	140.749
Vagões	89.051		23.960	(9.345)	103.666
Via permanente	1.166.428		97.125	8.200	1.271.753
	1.463.881	-	135.820	14.399	1.614.100
Intangível em curso	400.616	142.002	(135.820)		406.798
	1.925.838	142.177	-	14.399	2.082.414

Intangível - amortização	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	Adições	30/06/11
Direitos de concessão	(10.932)	(1.024)	(11.956)
Softwares adquiridos	(15.963)	(579)	(16.542)
Imóveis	(11.596)	(930)	(12.526)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(2.315)	(296)	(2.611)
Equipamentos autônomos	(4.738)	(212)	(4.950)
Veículos	(19)		(19)
Bens administrativos/auxiliares	(20)	(1)	(21)
Locomotivas	(95.770)	(3.642)	(99.412)
Vagões	(52.976)	(1.293)	(54.269)
Via permanente	(304.827)	(33.232)	(338.059)
	(499.156)	(41.209)	(540.365)

Notas Explicativas**17 – Fornecedores - terceiros**

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Mercado interno	61.645	41.697
Mercado externo	21.271	9.916
	82.916	51.613

18 – Obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
ICMS (Impostos s/Circulação de Mercadorias e Serviços)	2.903	3.490
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	721	1.204
PIS, COFINS	2.429	2.752
IOF (Imposto s/Operações Financeiras)	207	207
ISS (Impostos s/Serviços)	993	373
Outros	369	1.003
	7.622	9.029

19 – Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Salários	6.659	601
Encargos e contribuições	4.372	4.497
Provisão para férias, 13º salário e encargos incidentes	19.609	13.075
Participação nos resultados	6.611	10.520
Outros	6	4
	37.257	28.697

20 – Arrendamentos e concessões a pagar

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Poder Concedente - União		
Arrendamento (a)	28.766	28.794
Concessão (b)	1.514	1.515
	30.280	30.309
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN		
Arrendamento (c)	2.426	2.375
Concessão (d)	128	125
	2.554	2.500
	32.834	32.809

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas

Notas Explicativas

trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 30 de junho de 2011, foram pagas 52 (cinquenta e duas) parcelas, sendo a 52ª parcela paga no valor de R\$ 28.766.

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 30 de junho de 2011, foram pagas 52 (cinquenta e duas) parcelas, sendo a 52ª parcela paga no valor de R\$1.514.

(c) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 30 de junho de 2011, foram pagas 43 (quarenta e três) parcelas, sendo a 43ª parcela paga no valor de R\$ 7.369.

(d) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 30 de junho de 2011, foram pagas 43 (quarenta e três) parcelas, sendo a 43ª parcela paga no valor de R\$ 388.

21 – Provisões operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
Provisões ambientais	5.406	6.582	5.406	6.582
Outros operacionais	340	340	340	340
Provisões operacionais - circulante	6.140	7.316	5.746	6.922
Provisões ambientais	3.146	3.146	3.146	3.146
Outras provisões operacionais - não circulante	3.146	3.146	3.146	3.146

A Companhia implementou ações corretivas e preventivas visando eliminar os passivos ambientais pertinentes as fontes ativas existentes da União (extinta RFFSA). A eficácia na eliminação dos potenciais passivos ambientais foi constatada através dos diagnósticos realizados nas unidades operacionais da Companhia, proporcionando reduções significativas nas premissas e estimativas de gastos ambientais com a recuperação das fontes ativas.

Notas Explicativas

22– Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 30 de junho de 2011 somavam R\$ 46.443 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 47.926). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do exercício. Os adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

23 – Outros passivos circulantes

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros passivos circulantes	1.185	1.251
	2.982	3.048

24 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

25– Receitas Diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

26– Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 29 de abril de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.789.841, passando o capital social de R\$ 1.130.199 para R\$ 2.920.040, mediante a emissão de 109.873.615.524.248 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 16,29 por lote de um milhão de ações.

O acionista controlador Vale Operações Ferroviárias S.A. subscreveu e integralizou, neste ato, a totalidade do aumento de capital social aprovado. A integralização foi realizada mediante a utilização de créditos detidos pela Vale Operações Ferroviárias S.A. contra a FCA, referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados no período compreendido entre 2003 e 2006.

Notas Explicativas

Em 20 de julho de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para redução do capital social da Companhia, mediante a absorção dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 1.197.074, passando o capital social de R\$ 2.920.040 para R\$1.722.966.

Desta forma em 31 de dezembro de 2010 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações Ord + Pref.
Vale Operações Ferroviárias S.A. - VOF	210.197.522.720.503	55.673.348	210.197.578.393.851
Outros- não controladores	54.310.745	10.991.664	65.302.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

b) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

c) Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

Notas Explicativas

Cálculo da média ponderada para 2010

$(210.197.577.031.248 \times 2/6) + (100.323.961.507.000 \times 4/6)$

Prejuízo do exercício

Média Ponderação de ações ordinárias em 30 de junho de 2010

Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$

Controladora e Consolidado

30/06/2010

173.573.038.523.165

(18.104)

173.573.038.523.165

(0,10)

Controladora e Consolidado

30/06/2011

210.197.577.031.248

(96.253)

210.197.577.031.248

(0,46)

Cálculo da média ponderada para 2011

$(210.197.577.031.248 \times 6/6)$

Prejuízo do exercício

Média Ponderação de ações ordinárias em 30 de junho de 2010

Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$

27 – Receita

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário de minério de ferro	23.449	45.176
Receita de transporte ferroviário de carga geral	476.169	476.586
Receita de utilização de pátios	469	592
Receita de estadia de vagões	2.676	1.079
Receita de aluguel de locomotivas	2.468	609
Receita de partilha de frete	31.780	37.375
Receita de outros serviços	11.973	10.484
Total Receita Bruta	548.984	571.901
Impostos sobre serviços		
ICMS	(30.026)	(35.876)
PIS	(9.058)	(9.436)
COFINS	(41.723)	(43.465)
Total impostos sobre serviços	(80.807)	(88.777)
Receita de venda de bens e/ou serviços	468.177	483.124

Notas Explicativas**28 – Despesas por natureza**

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal	(102.427)	(88.608)
Serviços contratados	(51.940)	(46.223)
Seguros	(5.547)	(6.683)
Materiais	(45.156)	(33.413)
Combustíveis	(84.976)	(90.825)
Utilidades públicas	(2.895)	(3.087)
Custo de partilha de frete	(93.111)	(96.491)
Tributos	(3)	800
Locações	(20.813)	(10.731)
Depreciação e amortização	(55.645)	(48.864)
Despesas de arrendamento e concessão	(70.174)	(66.075)
Receitas (despesas) com provisão para perdas, contingências e outras líquidas	(6.915)	2.370
Diversos	(22.889)	(3.233)
	(562.491)	(491.063)
 Custo dos serviços prestados	 (516.479)	 (476.477)
Despesas com vendas	(81)	(27)
Despesas gerais e administrativas	(25.238)	(23.258)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(20.693)	8.699
	(562.491)	(491.063)

29 – Despesas com pessoal

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Benefícios a empregados	30.682	26.448
Salários	48.585	42.505
Encargos sociais	23.160	19.655
	102.427	88.608

As despesas com pessoal são registradas nas rubricas de “Custo dos bens e/ou serviços prestados”, “Despesa com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas**30 – Receitas (despesas) operacionais****a) Despesas gerais e administrativas**

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal	(6.062)	(5.821)
Material	(79)	(109)
Combustíveis	(21)	(5)
Serviços contratados	(13.746)	(11.486)
Tributos	(3)	(2)
Locações	(133)	(461)
Utilidades públicas	(210)	(147)
Depreciação	(3.871)	(3.780)
Diversos	(1.113)	(1.447)
	(25.238)	(23.258)

b) Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal	(69)	(27)
Locações	(4)	
Diversos	(8)	
	(81)	(27)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	5.018	5.998
Venda de ativos	8.483	
Recuperação de despesas	2.425	690
Trens Turísticos	1.672	521
Travessias	483	468
Multas contratuais	859	3.645
Provisão para perdas	426	607
Provisão para desvalorização de estoques		11
Provisão para contingências	2.098	2.961
Alugueis	176	
Serviços prestados	3	
Outros	829	1.063
	22.472	15.964
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(3.699)	802
Baixa de Ativos	(4.501)	
Custo de material vendido	(4.675)	98
Ajuste de estoque	(3.409)	
Participação no resultado	(4.422)	(1.012)
Outros gastos c/pessoal	(9)	
Perdas de recebíveis		(16)
Trens Turísticos	(1.117)	(1.012)
Provisão para perdas	(383)	(1.088)
Provisão para contingências	(9.055)	(121)
Processos Judiciais	(6.838)	(3.760)
Passivo Ambiental	(2.205)	(907)
Outras operacionais	(2.852)	(249)
	(43.165)	(7.265)

Notas Explicativas

31 – Resultado financeiro

	Controladora e consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	763	(5)
Juros taxa e multas de mora	894	160
Atualização de impostos a recuperar		883
Outras receitas financeiras	214	1.626
	1.871	2.664
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(18)	(104)
Descontos concedidos	(264)	(658)
Encargos por atraso	(13)	(41)
Encargos sobre mútuo - Vale	(881)	(2.227)
Juros sobre adiantamentos	(3.514)	(2.225)
Outras despesas financeiras	(1.926)	(1.500)
	(6.616)	(6.755)
Receitas (despesas) com variação monetária	2.806	(6.074)
Resultado financeiro	(1.939)	(10.165)

32– Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

O total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	2.795	2.699
Provisão para contingências	23.727	21.569
Outras provisões	2.381	2.674
Prejuízo fiscal	303.806	282.795
	332.709	309.737
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	1.006	972
Provisão para contingências	8.542	7.764
Outras provisões	857	962
Base negativa	110.001	102.437
	120.406	112.135
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	453.115	421.872
Prejuízo Fiscal para Imposto de Renda	1.215.224	1.131.181
Base Negativa da Contribuição Social	1.222.228	1.138.184

Notas Explicativas

33 – Informação por segmento de negócios e receitas por área geográfica

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

34 – Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 30 de junho de 2011, 3.783 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2010 – 3.282).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Notas Explicativas

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Para a formação de reservas técnicas com base em cálculos efetuados por atuário independente, além da contribuição dos empregados, a Companhia contribuiu com R\$ 902 no trimestre findo em 30 de junho 2011 (30 de junho de 2010 – R\$ 704).

O resultado da avaliação atuarial para 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim apresentado:

(A) Reconciliação do valor das obrigações atuariais

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Valor das obrigações no início do ano	(1.689)	(1.256)
Estimativa dos acréscimos no Passivo Atuarial dos Novos Inativos	(26)	
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(115)	(184)
Juros sobre obrigação atuarial	(107)	(157)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(3)	(6)
Ganho/(perda) atuarial	-	(118)
Benefícios pagos no ano	18	32
(Entrada)/saída de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	(1.922)	(1.689)

(B) Reconciliação do valor justo dos ativos

	30/06/2011	31/12/2010
Valor justo dos ativos no início do ano	2.864	2.429
Rendimento esperado no ano	156	266
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(562)	6
Estimativa dos acréscimos no Passivo Atuarial dos Novos Inativos	26	
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	116	188
Contribuições de participantes	3	6
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(18)	(31)
Valor justo dos ativos no final do ano	2.585	2.864

(C) Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

	30/06/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(1.922)	(1.689)
Valor justo dos ativos do plano	2.585	2.864
(Déficit)/Superavit para planos cobertos	663	1.175
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(663)	(1.175)
Passivo/Ativo líquido	-	-

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Notas Explicativas

Na avaliação atuarial efetuada para 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais		Controladora e Consolidado
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial		11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano		10,70% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários		8,15 % até 48 anos 5 % a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios		4,5 % a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo		5,0 % a.a
Tábua biométrica de mortalidade geral		AT83 Male
Tábua biométrica de entrada em invalidez		3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male
Taxa de rotatividade esperada		3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos

35 – Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2011 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos no 1º semestre de 2011 e 2010.

a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos e insumos e outros custos.

b) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 21.271 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 9.916).

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 20), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Notas Explicativas

d) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Atualmente, as atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com conseqüente minimização de perdas individuais.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 11.181 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 10.797).

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os principais passivos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 possuem vencimento no curto prazo (menos de 12 meses).

Notas Explicativas

f) Risco operacional

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

g) Os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 correspondem:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos e recebíveis				
Ativos				
Contas a receber de clientes	60.646	58.796	60.646	58.796
Partes relacionadas	41.361	18.804	40.967	18.410
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	14.061	10.201	14.061	10.201
CDB's	19.341	20.791	19.341	20.791
Outras contas a receber - RFFSA (União)	12.752	12.752	12.752	12.752
	<u>148.161</u>	<u>121.344</u>	<u>147.767</u>	<u>120.950</u>
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Outros passivos financeiros				
Passivos				
Fornecedores	82.916	51.613	82.916	51.613
Partes relacionadas	139.558	98.437	139.164	98.437
Adiantamentos para futuro aumento de capital	347.385	205.029	347.385	205.029
	<u>569.859</u>	<u>355.079</u>	<u>569.465</u>	<u>355.079</u>

h) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VALE. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros em volume significativo.

A dívida para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir e demonstra a relação entre a dívida total da empresa e seu próprio capital. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Total Passivo	2.417.140	2.285.263	2.416.746	2.284.869
(-) Caixa e equivalente de caixa	33.402	30.992	33.402	30.992
Dívida líquida	<u>2.383.738</u>	<u>2.254.271</u>	<u>2.383.344</u>	<u>2.253.877</u>
Patrimônio Líquido	1.615.048	1.711.301	1.615.048	1.711.301
Adiantamento p/futuro Aumento de Capital (AFAC)	347.385	205.029	347.385	205.029
Total Patrimônio Líquido+ AFAC	<u>1.962.433</u>	<u>1.916.330</u>	<u>1.962.433</u>	<u>1.916.330</u>
Relação da dívida sobre o Capital Próprio	<u>1,2147</u>	<u>1,1763</u>	<u>1,2145</u>	<u>1,1761</u>

Notas Explicativas

36 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das informações contábeis intermediárias correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	<u>Malha Centro Leste</u>	<u>Malha Paulista</u>
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 30 de junho de 2011	52	43
Valor da última parcela paga		
Concessão	1.514	388
Arrendamento	28.766	7.369

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de seis meses findos nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das informações trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” MG

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-o “S” MG